



## CENTRO DE PUERICULTURA BEATRIZ RAMOS: BERÇO DA CRECHE EM SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1940 **Beatriz Ramos child care center: cradle center in Santa Catarina in the 1940's**

Rosa **BATISTA**  
Curso se Pedagogia  
Universidade do Sul de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil  
[rosatigipa@gmail.com](mailto:rosatigipa@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-4399-6621> 

Leonete Luiza **SCHMIDT**  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Sul de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil  
[leonetes@gmail.com](mailto:leonetes@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-3239-2980> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

### RESUMO

A creche como espaço de redenção e conservação da pequena infância no estado de Santa Catarina é o tema deste artigo. Buscamos identificar, analisar e qualificar os termos dessa abordagem, através da problematização da política de assistência à maternidade e à infância no contexto catarinense, que teve maior expressão na década de 1940, a partir da fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da instalação da Creche no Centro de Puericultura Beatriz Ramos, na capital do estado. Nos relatórios anuais da LBA e na imprensa periódica de grande circulação no estado identificamos sujeitos e instituições que se ocuparam direta e/ou indiretamente da pequena infância, objetivando a redenção e conservação desse segmento, tendo como base a assistência médico-higiênica. A criação da creche foi uma estratégia de educação sanitária com foco nas famílias, em especial, nas mães, uma medida de combate às doenças e à mortalidade infantil originárias das precárias condições de vida da população pobre.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centro de Puericultura Beatriz Ramos. Educação Infantil. Creche. Santa Catarina.

### ABSTRACT

The nursery as a space of redemption and conservation of young children in Santa Catarina state is the subject of this article. We seek to identify, analyze and qualify the terms of this approach, through the problematization of maternity and childhood care policy in Santa Catarina context, which had greater expression in the 1940s, from the foundation of Brazilian Assistance Legion (LBA) and the installation of a Nursery at Beatriz Ramos Child Care Center, in the capital of the state. In the annual reports of LBA and in the periodical press with wide circulation in the state, we identify subjects and institutions that directly and/or indirectly take care of small children, aiming the redemption and conservation of this segment, based on medical-hygienic assistance. The creation of the nursery was a health education strategy focused on families, especially mothers, a measure to combat illnesses and infant mortality originating from the precarious living conditions of the poor population.

**KEYWORDS:** Beatriz Ramos Childcare Center. Child education. Nursery. Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

A literatura especializada já produziu conhecimentos relevantes sobre a história da infância e da Educação Infantil, em âmbito nacional e internacional. Os estudos de Kramer (1982), Vieira (1988), Civiletti (1991), Kuhlmann (1998), Kishimoto (1988), Ferreira (2000), Gondra (2000, 2002), Batista (2013), Sá (2020), dentre outros, analisaram diferentes períodos da história e evidenciaram de forma bastante consistente as origens e os contextos sociais que fizeram emergir as instituições voltadas para a criança e as funções sociais que cada qual assume em seu tempo. Evidenciam, ainda, que a definição das responsabilidades sociais sobre as crianças desencadeou a construção de políticas públicas distintas, não garantindo acesso igualitário à assistência, saúde e educação, produzindo a coexistência de diferentes modalidades de atendimento educativo em instituições diversas, caracterizadas por processos excludentes e discriminatórios. Veiga (2019) identifica uma situação de subalternidade da infância muito presente na história brasileira. Argumenta que a “[...] existência da condição de subalternidade de muitas crianças é fato histórico, uma evidência que pode ser detectada na criação de órgãos nacionais e internacionais direcionados à melhoria da sua qualidade de vida” (VEIGA, 2019, p. 769).

As creches, em especial, integravam a política de proteção à maternidade e à infância e adolescência criada em 1940 pelo Ministério da Educação e Saúde, sob o comando do Ministro Gustavo Capanema<sup>1</sup>. Para coordenar essa política, foi instituído o Departamento Nacional da Criança (DNCr)<sup>2</sup> que incluía, entre outras funções, orientar e normatizar a organização e funcionamento da creche no âmbito estadual, municipal e privado, sob a coordenação da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

No estado de Santa Catarina, a creche, extensão do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, com princípios e ações de caráter médico-filantrópico-assistenciais<sup>3</sup>, tinha como função social educar as mães e assistir as crianças nos padrões modernos da puericultura, com foco na sua redenção<sup>4</sup> e conservação. O processo de

---

<sup>1</sup> Através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, o Ministério da Educação e Saúde fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

<sup>2</sup> O propósito da política de assistência materno-infantil do Brasil, coordenada e operacionalizada pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), consistiu na criação de equipamentos públicos, nos estados da federação, com ênfase nos Postos de Puericultura. Estes, com o objetivo de ensinar a puericultura, organizar as campanhas pró-alimentação, a Semana da Criança, o Clube de Mães e as campanhas educativas. Nas campanhas, eram desenvolvidos os programas de controle de doenças, natimortalidade e mortalidade infantil.

<sup>3</sup> Utilizamos a tríade medicina, filantropia e assistência a partir de Jurandir Freire Costa (2004, p. 52).

<sup>4</sup> Ações de amparo, assistência e educação higiênica às crianças pobres contra as moléstias, que resultavam em altos índices de mortalidade, como também de degeneração, constituíam a Campanha de Redenção da Criança, realizada pela Legião Brasileira de Assistência.

institucionalização da pequena infância de origem pobre constituiu-se na sua origem como um espaço de tutela, de sujeição aos programas e projetos de governo, com a perspectiva de materializar dispositivos de controle e disciplinamento por meio da educação higiênica.

Depreende-se das questões acima que o estudo acerca da creche no contexto de um Centro de Puericultura Catarinense pode constituir-se em mais um estudo que trata das mesmas questões correlatas às tantas experiências médico-higiênicas de cunho médico-filantrópico-assistencial em âmbito nacional. Todavia, ampliar a interpretação e elaborar velhas/novas interrogações para as fontes produzidas, num contexto histórico e social determinado, mantém-se como um desafio, no sentido de desnaturalizar políticas e práticas que, apesar do tempo decorrido e de muitos avanços teóricos e legais acerca da função social e pedagógica da Educação Infantil, ainda não garantiram o acesso de todas as crianças à creche e à pré-escola. A despeito do amplo debate e da construção de políticas educacionais pelo direito à educação das crianças de zero a seis anos, e ainda que se possa afirmar que se ampliaram as oportunidades de atendimento, a origem de classe se mantém como divisor de acesso à cultura e à educação de qualidade social referenciada para uma parcela considerável das crianças procedentes das classes subalternizadas. Outrossim, a “incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista” (KUHLMANN, 2000, p. 7).

Desse modo, analisar com criticidade a história da educação da pequena infância é, sobretudo, uma das formas de compreender o lugar social e a percepção acerca das crianças e da infância. Acima de tudo, compreender os princípios e objetivos da política social de cunho assistencialista no âmbito da saúde e da educação que reverberou na campanha de regeneração e redenção da infância difundida e implantada no estado catarinense no período governado pelo interventor Nereu Ramos<sup>5</sup>. O ponto de partida para a reflexão é a compreensão de que a consolidação do caráter educacional-emancipatório, na perspectiva da infância como categoria social e heterogênea e das crianças como sujeitos de direitos, exige uma consciência crítica imperativa contrária aos interesses hegemônicos que atuam para manter a ordem social pretendida. Portanto, “contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância” (SADER, 2008, p. 15, Prefácio).

---

<sup>5</sup> Em 1º de maio de 1935, Nereu Ramos foi eleito indiretamente governador do estado de Santa Catarina (1935-1937). Com o golpe de 1937, foi nomeado interventor federal nesse mesmo estado, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo, em 1945.

Assim sendo, neste artigo trazemos reflexões acerca da Creche do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, criada na década de 1940 em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Interessa compreender como o governo catarinense, alinhado com o projeto político nacional do Estado Novo, empreendeu a política médico-social de proteção à maternidade e à infância preconizada pelo DNCr<sup>6</sup>.

O período entre 1937 a 1945 foi tomado como marco temporal pela configuração política, social, cultural e econômica no contexto da ditadura do Estado Novo instaurada pelo presidente Getúlio Vargas. Período esse caracterizado pela centralização do poder, estabelecimento do Estado intervencionista e pela criação de órgãos como o DNCr, em 1940 e a LBA, em 1942. Ambas, instituições que atuaram diretamente nos programas sociais de caráter assistencialista de amparo à infância e à maternidade, com a criação de postos de puericultura e creches em todo o território brasileiro. Acresce, nesse período, a intensificação de eventos políticos ocorridos em defesa da redenção e conservação da criança, como também os dispositivos das leis do trabalho<sup>7</sup> de proteção ao trabalho da mulher, incluindo a recomendação de creche nas vilas operárias.

Para a reconstrução histórica dos processos constituidores da creche instalada no Centro de Puericultura Beatriz Ramos, buscamos nos relatórios anuais da LBA, nos quais se inscrevem, os agentes da implantação e estruturação do Centro de Puericultura: as ações e atribuições voltadas à proteção da infância e maternidade; as relações políticas, sociais, religiosas, médicas e econômicas envolvidas no projeto de redenção e conservação da pequena infância.

Lançamos mão, também, da imprensa periódica, em particular, de dois jornais de grande circulação veiculados no período estudado: *A Notícia*, editado em Joinville, e *A Gazeta*, editado em Florianópolis. Ambos consubstanciavam publicações alusivas às ideias e ações do presidente Getúlio Vargas e do interventor Nereu Ramos no campo das políticas sanitária e de assistência à infância e à maternidade no contexto nacional

---

<sup>6</sup> O DNCr tinha a incumbência de fiscalizar, promover orientação técnica e financiar a criação de postos de puericultura, creche, lactários, consultório de higiene infantil e higiene pré-natal, além de fomentar associações de mulheres da sociedade civil para a tarefa cívica e moral no combate à mortalidade infantil. **De acordo com o art. 9º do Capítulo III do Decreto-Lei nº 2.021, de 17 de fevereiro de 1940, sobre a competência dos órgãos administrativos estaduais e municipais relativos à proteção à maternidade à infância e à adolescência, estados e municípios deveriam organizar um sistema de serviços destinados à realização das diferentes modalidades** de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/526656/publicacao/15709510>. Acesso em: 10 ago. 2021.

<sup>7</sup> O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contém, no capítulo III, da Proteção do trabalho da Mulher, artigos alusivos à proteção à maternidade. Dentre os quais, o direito à amamentação e a Creche. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

e, em particular, na capital catarinense e no interior do estado. Desse modo, a imprensa catarinense ocupava um lugar privilegiado no governo como instrumento de disseminação e propaganda das ideias relativas aos novos hábitos e valores, no que concerne aos princípios higiênicos reguladores e normalizadores do comportamento da população, criando no imaginário social das elites o valor da obra assistencialista como estratégia cívica e moral no direcionamento da vida das mulheres e das crianças das camadas populares.

Campos (2008, p. 40) refere a imprensa “como um grande investimento educativo que se constitui a partir de falas, imagens e diferentes significados”. Reitera que “os jornalistas deixaram ver, através de suas falas, a convicção de seus poderes para interferir junto à população, e a capacidade de antever os resultados de sua ação educativa” (CAMPOS, 2008, p. 40). Nos artigos, localizamos com frequência publicações sobre preceitos de higiene e puericultura; causas da mortalidade infantil; formação de uma raça forte e sadia; criança; alimentação infantil; maternidade e infância; obras da Legião Brasileira de Assistência; palestras de médicos sobre a infância; entre outros, em meio a notícias da guerra, destacando a infância como problema social.

Esse novo olhar para o mundo da pequena infância colocava em destaque

[...] os discursos, começando por partir da identificação dos problemas das crianças pobres e das suas famílias: abandono, infanticídio, mendicância, vadiagem, mortalidade, falta de educação, acaba, por enfatizar redundantemente, a reflexão em torno das suas causas e consequências reconceptualizando-os como extensões da sociedade da qual irrompem, passíveis de ser localizados, quer temporalmente, quer no mapa social (FERREIRA, 2000, p. 45).

Os discursos acerca das crianças e infância veiculados nos jornais catarinenses foram pertinentes para análise das forças sociais envolvidas na implementação das práticas de proteção à infância e à maternidade, na difusão de uma ideia positiva da puericultura por meio das campanhas educativo-médico-higiênicas, seja por meio de artigos médicos e estatísticos, como também por imagens, que exibiam os corpos de crianças raquíticas, robustas e/ou em situação de vulnerabilidade.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira, “Pela Redenção e Conservação da Criança”, coloca em evidência os princípios morais e higiênicos como base das ações do Estado e a medicina social como caminho para a efetivação desses princípios; na segunda, discute-se “O papel da Legião Brasileira de Assistência na redenção e conservação da criança no contexto catarinense”; e, na terceira, “Centro de Puericultura Beatriz Ramos: ‘berço’ da Creche em Santa Catarina”, evidencia-se o

processo de emergência da creche em Santa Catarina, a partir da creche instalada no interior do Centro de Puericultura Beatriz Ramos da Silva.

## **PELA REDENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CRIANÇA**

Unificada foi e continua sê-lo a patriótica campanha pró-redenção da criança, cujo sucesso alcançado demonstra a colaboração da população aos poderes públicos, quer federais, estaduais ou municipais, no sentido de dar ao Brasil uma geração robusta e sadia (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 143).

O período de 1930-1945 foi fortemente caracterizado pela expansão da assistência à saúde materno-infantil em âmbito nacional, marcado por uma maior centralização político-administrativa e maior intervenção do Estado nas políticas sociais de caráter assistencialista, com ênfase na educação sanitária. A educação higiênica e moral foi tomada como base estruturante para a construção de uma unidade nacional que consistia em uma nação patriótica formada por uma raça forte e saudável, de modo a tornar-se adaptada ao trabalho. Neste sentido, houve uma ampla mobilização nacional instituída no governo de Getúlio Vargas acerca da assistência social, frente aos problemas médico-sanitários. Em discurso no Palácio Guanabara em comemoração natalina, Getúlio Vargas elucidou seu plano de construção e implantação de equipamentos de assistência social de amparo ao bem-estar e à saúde das mães e das crianças da classe operária, além de conclamar os governantes dos estados e municípios ao cumprimento de suas presumidas obrigações acerca da puericultura:

Já foi autorizado o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; [...] Espero e recomendo, portanto, que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura, completando, assim, a estrutura governamental capaz de preparar brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial (VARGAS, 1939, p. 158-159).

Em nome do progresso e do desenvolvimento da nação brasileira, conclamava os homens e mulheres das classes mais abastadas e os médicos para cumprirem o dever cívico e patriótico em favor dos desafortunados, exaltando o propósito da obra filantrópica que concorre para a aliança entre a sociedade civil e o Estado:

[...] Acredito que este desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia, encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais. [...] E é por isso que concito os homens de sentimentos nobres, as mulheres — sempre inclinadas aos gestos de bondade e heroísmo —, os médicos conscientes de sua missão e, especialmente, as pessoas de fortuna, ao dever de aplicar em obras de filantropia e assistência social parte do que lhes sobeja (VARGAS, 1939, p. 158-159).

O aparelhamento da assistência institucional de caráter filantrópico destinada às crianças foi estruturado, sobretudo, num contexto de progressiva centralização do governo federal. A ampliação ocorreu no âmbito dos estados e municípios, sob a orientação e preceitos do DNCr, que em 1940 deu início a um conjunto de programas de atendimento à infância e à maternidade com impacto prioritário nas áreas de assistência e saúde. O propósito foi conservar e melhorar o corpo sã e socorrer, remediar e curar o corpo doente.

O DNCr, legitimado pelo discurso científico, ampliava substantivamente o poder do Estado e a autoridade dos médicos e da medicina, em particular, no campo da puericultura, auxílio financeiro e orientação técnica por meio de cursos para médicos, assistentes sociais, enfermeiras. Além disso, contava com produção de boletins e publicações sobre os problemas médicos sociais; aspectos legais do problema da creche na indústria; inquéritos sobre a creche; campanhas de redenção da criança; entre outros (FLAMMARION, 1944). Sob estas orientações, foram criadas infraestruturas sanitárias e médicas como creche, postos de puericultura, lactários, cozinha dietética e casa da criança nas diferentes regiões do país.

Sobre as realizações do DNCr, Flammarion (1944, p. 110) destaca “a grande tarefa prévia de manipular essa matéria preciosa, a infância, robustecer-lhe o organismo, solicitar-lhe o espírito e o coração, ampará-la quando frágil, protegê-la quando ameaçada, dirigi-la quando desencaminhada, e salvá-la quando enferma, empecada ou pervertida...”. Neste contexto, os Postos de Puericultura constituíam-se como espaços estratégicos do Estado para educação das mães com foco na conservação e redenção das crianças. Sua função era de “[...] conservar a saúde das crianças evitando que elas adocessem, e ao mesmo tempo, desenvolvesse nas mulheres ‘uma cultura econômico-social’” (FLAMMARION, 1944, p. 115).

A “economia social”, descrita por Donzelot (1980, p. 22) como estratégia do Estado na reorganização educativa da infância, com o objetivo de sua conservação no século XVIII, traz elementos que acenam para a compreensão do que propunha o DNCr. Segundo o autor, a economia social incide sobre “todas as formas de direção da vida dos pobres com objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma o que se convencionou chamar de filantropia” (DONZELOT, 1980, p. 22).

Neste sentido, a proteção à maternidade e à infância torna-se nesse período objeto de intervenção vigilante e sistemática com teor educativo-assistencialista pelos

médicos, enfermeiras, assistentes sociais, filantropos, religiosos, mulheres da alta sociedade, que se engajam no projeto que tinha como mote a produção de uma raça forte e sadia que pudesse sustentar, no futuro, a força produtiva necessária ao processo de industrialização em curso. Ou seja, “o aproveitamento e avigoroamento da criança representavam a economia, o acréscimo das forças vivas da nacionalidade” (GONDRA, 2002, p. 113).

O projeto de nação empreendido pelo presidente da República Getúlio Vargas fora assumido na sua essência pelo governo Nereu Ramos em Santa Catarina, no que diz respeito à conservação e redenção da pequena infância. Para o qual reunia diferentes segmentos da sociedade catarinense: Igreja, Estado, comerciantes, jornalistas, industriais, juristas, médicos, senhoras da sociedade, associações, entre outros. Esses segmentos elegeram como foco para suas ações o problema da infância associado à pobreza carente de uma educação moral e higiênica. Um bom exemplo é a palestra “A campanha de redenção da criança”, de Rodrigo Lobo, numa reunião semanal do Rotary Club da cidade de Joinville, publicada na página 3 da edição do dia 19 de fevereiro de 1944 do jornal *A Notícia*. Em suas primeiras palavras, o artigo exaltava o papel social e benemérito da LBA, o esforço dos governos estaduais e da União que, através do DNCr, lançou a Campanha Nacional de Redenção da Criança, “cuja finalidade é para que surjam em todas as localidades do território nacional novos Centros de Puericultura” (A CAMPANHA..., 1944, p. 3). Em seu discurso, Rodrigo Lobo expunha as intenções e ações do Interventor Nereu Ramos acerca da assistência às crianças e sobre as iniciativas do Círculo Operário Católico de Joinville, da Cruz Vermelha e da “cooperação de representantes das classes conservadoras” daquela cidade em “prol do grande problema que aflige o Brasil - a criança”. Ele destacava ainda, que a assistência à infância não podia mais ficar à mercê da caridade, ou somente da generosidade dos particulares: “Está reconhecido e consagrado que cumpre ao Estado uma função social não menos relevante e imperiosa que é dar assistência à criança” (A CAMPANHA..., 1944, p. 3). Rodrigo Lobo chamava atenção da sociedade rotariana para a urgência de uma ação efetiva contra a mortalidade infantil na cidade de Joinville: “As estatísticas da mortalidade infantil são deveras impressionantes tendo em vista os dados referentes ao ano de 1943, de 791 nascimentos, houve 469 óbitos de crianças”. Na continuidade do seu discurso, evidenciou que o combate a mortalidade exigia somar esforços em “prol do desenvolvimento da população e do esforço da melhoria da raça” (A CAMPANHA..., 1944, p. 3).

Neste contexto, observa-se a intervenção das associações de mulheres e homens representantes das elites como mediadores do projeto de redenção e conservação das crianças, constituindo-se numa aliança entre sociedade civil e o Estado. Enfrentar a pobreza era um dos objetivos do Estado, bem como, da elite, a partir de valores filantrópicos e beneméritos pelo engrandecimento nacional. A filantropia<sup>8</sup> compunha o movimento da “grandiosa obra” da formação da unidade nacional desde o berço: “Só pode existir um povo forte onde a criança representa a grande preocupação da índole nacional e onde ela é tratada desde o berço, com os cuidados e o carinho que é digna e que a ciência indica” (A CAMPANHA..., 1944, p. 3).

Nesta direção, do movimento estabelecido no Estado Novo de construção de uma cultura nacional homogênea e do desenvolvimento das forças produtivas com vista do industrialismo, o interventor Nereu Ramos operou na promoção da modernização catarinense. Com destaque para as áreas da educação e saúde, por meio de políticas sociais assistencialistas e com apelo filantrópico que visava abranger, sobretudo, a população pobre, com ênfase na educação médico-higiênica desde a tenra idade.

Com esse propósito, o governo catarinense, a partir da Lei nº 138, de 14 de novembro de 1936, reorganizou a estrutura da antiga Diretoria de Higiene localizada na cidade de Florianópolis (capital), transformando-a em Departamento de Saúde Pública (DSP). Com essa mudança, foi ampliado o investimento na área da assistência científica, com foco na maternidade e na infância. Foram criados Postos de Puericultura, Cozinha Dietética, Serviço de Higiene Infantil e Lactários com objetivos comuns. Dentre eles, a produção e circulação de saberes e práticas de higiene e puericultura para fins de conservação e redenção da pequena infância. Com a fundação da LBA em Santa Catarina, em 1942, foram estruturados os postos de puericultura nas cidades do interior do estado. Assim, o jornal *A Gazeta* referia-se ao plano de estrutura sanitária do Departamento de Saúde Pública, com vistas à produção do “homem do amanhã”:

Na previsão de melhor e mais positivo êxito nos domínios da higiene da criança, a Interventoria Federal cuida de instalar novos órgãos em locais carentes de assistência ao homem do amanhã. E graças ao anseio de completar a organização sanitária estadual, o governo obteve a colaboração da Legião Brasileira de Assistência para dotar novas cidades de estabelecimentos idênticos àqueles que, mercê dos donativos particulares, hoje se difunde pelo Brasil inteiro – os Postos de Puericultura (ATIVIDADES..., 1944, p. 11).

---

<sup>8</sup> No período em questão, Santa Catarina foi cenário da filantropia feminina, representada em particular pela LBA e também por homens de negócios, intelectuais, jornalistas, médicos que participavam de associações beneméritas por meio de ajuda financeira e palestras em benefício da infância pobre. Podemos inferir sobre a indissociabilidade entre caridade e filantropia, a primeira vinculada aos preceitos religiosos de socorro aos pobres, e a segunda, abalizada pelas normas da ciência, com objetivo de regulação e controle social sobre os mesmos.

A visibilidade da infância como problema social e de interesse público era evidenciada nos discursos proferidos por diferentes agentes públicos que abordavam, sobretudo, a relevância da puericultura e higiene infantil tendo em vista criar as condições para avigorar o amplo projeto de modernização da sociedade catarinense. Isso, em eventos promovidos no estado de Santa Catarina nas ocasiões da Semana da Criança, do Concurso de Robustez Infantil, da inauguração da cozinha dietética e dos postos de puericultura, entre outros. Cada evento deste está relacionado a um projeto de assistência à criança mediado pelo Estado, com vistas à redenção e/ou a conservação da criança.

O ideário dominante de conservação da criança por meio da intervenção médico-higiênica era evidenciado e ratificado pelo jornal *A Notícia* em matéria especial sobre a postos de puericultura: “O problema que está, no momento, preocupando vivamente os poderes públicos de todo paiz, é sem dúvida o da proteção à maternidade e à infância” (POSTOS..., 1940, p. 5). Ademais, o caráter emergencial acerca do problema social da infância no projeto de nação em curso era evidenciado no mesmo artigo, chamando atenção para o potencial salvacionista da puericultura, pois tratava-se de uma questão imperativa: “Esse esforço do governo mostra a importância dos Postos de Puericultura para a valorização da criança brasileira na defesa do Brasil de amanhã” (POSTOS..., 1940, p.5)

A exaltação e materialização das ações subordinadas ao programa nacional de proteção à maternidade e à infância do DNCr devia-se à disposição do interventor Nereu Ramos em dar sequência às políticas sociais do governo federal, que tinha como um dos objetivos “salvar” a criança dos males oriundos da falta de educação e higiene procedentes das precárias condições de vida das famílias. Principalmente das mães, consideradas ignorantes nas questões de higiene física e moral dos seus filhos, o que era considerado problema número um da nacionalidade. A criança robusta, saudável e regenerada era depositária da esperança no progresso, como promessa do futuro. Recorria-se à medicina social como futura e infalível solução para os problemas da infância, a serem corrigidos pela educação higiênica.

Em artigo na edição de 2 de junho de 1938 do jornal *A Notícia* sobre o significado dos Centros de Puericultura, a higiene infantil é enaltecida pelo seu potencial econômico e social para produzir um corpo saudável e uma mente sã. Com isso, abrandaria a degradação social de uma parcela da população e garantiria a preservação da futura

força de trabalho, ratificando, desse modo, o potencial da educação higiênica como estratégia para contenção da pobreza e como principal capital humano:

No dia em que todas as crianças brasileiras frequentarem os consultórios de higiene infantil teremos uma infância, depois uma juventude, e depois uma população adulta, inteiramente íntegras e fortes, capazes de, livres de doenças e de males, poderão dedicar-se ao trabalho e ao Brasil (SIGNIFICAÇÃO..., 1938, p. 9).

O desenvolvimento da medicina social sob os princípios da higiene e puericultura parecia materializar na redenção e conservação da infância todas as perspectivas de uma sociedade moderna, livre dos altos índices de mortalidade infantil, do impaludismo, tuberculose, febre amarela, malária, morbidade infantil. Importante destacar que, ao mesmo tempo em que a infância era considerada como questão social no debate público, merecedora de atenção, proteção e cuidado, revelava-se também a precariedade das condições concretas de existência, colocando em xeque as tensões entre "igualdade e desigualdade, do contraste gritante entre ricos e pobres, ao mesmo tempo que insinua uma das chaves para o problema da unidade da nação" (FERREIRA, 2000, p. 52). Questão essa não mencionada como problema a ser enfrentado nem pelo Estado e muito menos pela sociedade.

No conjunto das medidas referentes à educação higiênica e moral para fins de redenção da pequena infância, aperfeiçoá-la a partir dos padrões do "homem novo" que se propunha construir, consiste na consideração da criança como objeto de observação e intervenção educativa, descobrindo a infância como valor social a conservar. Para tanto, havia que se constituir instituições de cunho educativo higiênico que dela se ocupasse, para garantir o desenvolvimento biofisiológico esperado. É sob tal prerrogativa que se inscreve a creche instituída no Centro de Puericultura, que tem na LBA seu ponto de apoio.

## **O PAPEL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA REDENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CRIANÇA NO CONTEXTO CATARINENSE**

A LBA, criada em 28 de agosto de 1942, no contexto do Estado Novo, foi constituída pela iniciativa privada e pelo governo federal sob a influência da primeira-dama Darcy Vargas (VIEIRA, 1988). Atuou inicialmente na assistência às famílias dos soldados convocados para a II Guerra Mundial, por meio de uma legião de combatentes femininas participando, dentre outras ações, como enfermeiras e voluntárias socorristas. Contudo, sua ação de maior vulto deu-se no campo da assistência social, com prioridade à assistência à infância e à maternidade em cooperação com o DNCr.

Flammarion (1944) destaca o crescente número de Associações de Proteção à Infância e de Puericultura no Brasil. Dentre elas, a Legião Brasileira de Assistência, que “encontrou no Departamento um campo propício para o fortalecimento de suas atividades, caminhando a dois *pari-passu* para proporcionar, aos que necessitam de socorro espiritual e material, toda a messe de benefícios” (FLAMMARION, 1944, p. 114).

Na capital catarinense, a LBA foi fundada em 18 de outubro de 1942<sup>9</sup> (Figuras 1 e 2), sob a presidência de Beatriz Pederneiras Ramos, esposa do Interventor Federal Nereu Ramos. A solenidade de instalação foi realizada no Clube 12 de agosto e contou com a presença do Interventor Federal Nereu Ramos, autoridades civis, militares, eclesiásticas, entre outros. Contou, desde logo, “somente na Capital, com uma inscrição inicial e voluntária de 678 legionárias, e dentro em pouco o seu número já ultrapassava 800” dispostas a assumirem a “nobre missão” de assistência que lhes estava sendo confiada (RELATÓRIO LBA, 1943, p. 4). “É que a mulher catarinense compreendeu desde logo os elevados objetivos da nobre instituição (RELATÓRIO LBA, 1943, p. 13).

Figura 1 - Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina



Fonte: Relatório LBA (1943, p. 7). Reprodução das autoras, 2021.

Figura 2 – Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina



Fonte: Relatório LBA (1943, p. 13). Reprodução das autoras, 2021.

<sup>9</sup> A primeira reunião para proceder aos trabalhos de fundação da LBA em Santa Catarina aconteceu em 12/09/1942, no Clube Doze de Agosto e reuniu “senhoras e senhorinhas de todas as classes sociais” da capital (RELATÓRIO LBA, 1943).

A Comissão Estadual foi constituída por Beatriz Pederneiras Ramos, Jáu Guedes da Fonseca, Américo de Campos Souto e o Conselho Consultivo composto pelos médicos Miguel de Sales Cavalcanti e Agripa de Castro Faria, tenente-coronel Epaminondas Santos, Alcindo Fanaya, jornalista Jairo Calado, Mario Lacombe, Hipólito do Vale Pereira, João Candido Rodrigues, Gustavo Zimmer e Altino de Oliveira (RELATÓRIO LBA, 1943, p. 13). O presidente da Comissão Estadual evidenciava o lugar social e político da LBA como agente no processo de construção da identidade nacional pretendida – uma nação homogênea e harmoniosa com anuência do povo catarinense:

[...] todos os que fazemos parte desta Comissão Estadual, somos portadores dos votos que reverentemente fazem a Deus, pela sua felicidade pessoal e pela conservação do governo do grande Presidente Getúlio Vargas, os milhares de catarinenses que integram esta pequena parcela do Brasil unido, os quais oferecem o seu testemunho de apreço e de admiração pela grandiosa obra da Legião Brasileira de Assistência (RELATÓRIO LBA, 1943, p. 5).

Os Postos de Puericultura foram, dos investimentos da LBA em Santa Catarina, os mais expressivos, no que consiste ao programa de proteção e assistência materno-infantil: “Os Postos de Puericultura espalhados pelo Estado são a prova evidente do carinho dispensado pelo Governo do estado ao nosso mundo infantil” (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 142). Equipados com cozinha dietética, lactários, salas de exame pré-natal, cuidados dispensados às mães antes e após a maternidade, representavam as intenções do governo estadual “no sentido do fortalecimento da criança, adaptada para o dia de amanhã, quando então, já adulta, será um ente útil à pátria e à comunhão social” (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 143).

A exemplo de outros estados brasileiros, as ações educativo-higiênicas e moralizadoras dirigidas à assistência à infância em Santa Catarina foram protagonizadas pela LBA. DE acordo com o Relatório da LBA (1945, p.11), dos 43 centros municipais de assistência materno infantil correspondentes a 43 municípios do Estado, 31 deles foram instalados em setembro de 1942 e outros 10 em outubro do mesmo ano. O Centro de Puericultura da capital catarinense inaugurado no ano de 1945 era divulgado como modelo e *locus* privilegiado da campanha de redenção da criança.

Como parte de um conjunto de ações de amparo e assistência à maternidade e à infância, a LBA também se fazia presente na coordenação das atividades da “Semana

da Criança”<sup>10</sup>, no “Concurso de Robustez Infantil”, no “Natal dos pobres”, entre outros, sob os preceitos do DNCr:

A essa festa da criança se associou, de alma e coração, a Legião Brasileira de Assistência, neste Estado, que por sua Comissão Estadual, e por intermédio dos Centros Municipais, sediados em cada comuna, procurou, por todos os modos e meios, dar às festividades excelentemente programadas, o mais realçado brilho, o que foi conseguido com grande satisfação de tôdas as crianças, ricas e pobres, grandes e pequenas, escolares ou não (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 142).

Na Semana da Criança, vários eventos eram realizados com a presença de autoridades de diversos segmentos da sociedade, chamados a participar da grande obra de proteção à infância e de fortalecimento da raça. Tais eventos eram amplamente divulgados pelos jornais, haja vista que “a promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia<sup>11</sup>, pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial” (VEIGA; GOUVEIA, 2000, p. 150). O registro no Relatório da LBA, ano de exercício 1944, faz menção ao concurso:

Como parte integrante do programa com que Florianópolis comemorou com grande brilhantismo a Semana da Criança, foi levado a efeito no dia 17 de outubro interessante concurso de robustez infantil. [...] A bela festa esportiva e o concurso de robustez infantil que se lhe seguia, contou com a presença do Sr. Interventor Nereu Ramos, Presidente da Comissão executiva da LBA e altas autoridades civis e militares que ocupavam o Pavilhão de honra. A comissão julgadora do Concurso estava constituída pela Sra. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente, dr. Benoni Laurindo Ribas, Diretor do Departamento de Saúde Pública, e drs. Ilmar de Almeida Corrêa e Pedro Torres de Miranda, médicos. Após os trabalhos de verificação a Comissão proclamou o seguinte resultado: Crianças de 0 a 6 meses – Alimentação artificial – 1º lugar: Marino e Marina Pícolo (gêmeos). Peso 2,900 e 2,800 quilos, respectivamente. Alimentação natural até 1 mês e 15 dias. Mixta, 15 dias. Artificial 2 meses. Pêso atual 5,700 e 5,000 quilos, respectivamente. Criança de 0 a 6 meses – Alimentação Natural – 1º lugar Yara Maria Sena. Pêso 3,300 quilos. Alimentação natural – Peso atual: 7,300 quilos. Altura: 0,80cm (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 148).

O registro traz ainda o modelo da ficha de inscrição para o concurso de Robustez Infantil: número de inscrição, nome, idade, data de nascimento, peso, altura; alimentação natural até ... meses, mixta até ... meses, artificial desde ... meses;

<sup>10</sup> O Decreto Federal nº 4.867, de 5 de novembro de 1924, instituiu o dia 12 de outubro para ser comemorado em todo território nacional como o Dia da Criança. Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 2), a data do dia 12 de outubro foi definida no encerramento do 3º Congresso Americano da Criança, realizado em conjunto com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Segundo Souza (2008, p. 146), “Na literatura nacional o termo ‘eugenia’ aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais ‘atualizado’ na ciência moderna. Falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a ‘nova religião da humanidade’, tamanha a admiração e crença que os ‘homens de ciência’ depositavam nessa forma de conhecimento”. (grifos do autor)

desmame; marcha; fontanelas. Estado atual: pêsso, altura, circunferência craneana, circunferência torácica, formação dentária, turgor, tônus, humor, pele; mucosas; órgãos e aparelhos; conclusão para fins da seleção (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 148). Pela vitória do corpo bem constituído, eram premiadas as crianças e as mães, destinatárias das práticas higiênicas.

Outra ação sobre o concurso de robustez infantil foi realizada por ocasião da Semana da Criança na cidade de Joinville e publicada pelo jornal *A Notícia* com o registro fotográfico das mães com seus filhos inscritos (Figura 3): "A Criança Joinvillense teve a carinhosa exaltação na festa de domingo na Harmonia Lira. A distribuição de prêmios aos vencedores do Concurso de Robustez promovido em comemoração à Semana da Criança" (A CRIANÇA..., 1943, p. 4).

Figura 3 – Participação das mães com as crianças no Concurso de Robustez Infantil (Joinville)



Fonte: Jornal A Notícia (1943). Reprodução das autoras, 2021.

O controle do desenvolvimento biofisiológico da criança, sob a vigilância de práticas, levadas a efeito pela medicina social-educação higiênica, desde a tenra idade, deveria regular todos os meandros da vida privada e pública, mantendo sob vigilância as condições de concepção e geração dos filhos, estrutura sanitária e consciência higiênica, requisitos de uma concepção eugênica:

[...] antes da aplicação dos preceitos de eugenia é indispensável praticar o eugenismo, preparar o ambiente e o indivíduo para a boa geração, para a procriação dos filhos physica e psychicamente hygidos. O saneamento, a hygiene, a Medicina social e a educação hygienica para a implantação da consciencia sanitaria, constituem o alicerce da Eugenia, sem a qual ella não poderá ser praticada, senão de modo deficiente, em âmbito muito limitado (PENNA, 1929, p. 4).

Não obstante, a medicina-social, ao eleger a criança como objeto a controlar e preservar, na perspectiva da construção de uma nação homogênea requerida nos moldes do Estado Novo, também encontra suas limitações no que se refere ao domínio

das condições de natureza cultural, social e econômica das crianças e suas famílias, pois a “gênese “dos problemas da infância e sua cura não se confinam ao campo restrito do biológico e médico, mas o extravasam porque se revestem, simultaneamente, de uma natureza social cultural” (FERREIRA, 2000, p. 87). Mas este é um aspecto inexistente para o Estado via DNCr e instituições como LBA, que colocam a responsabilidade em pôr fim a este “mal” na medicina social a ser implementada em instituições destinadas ao atendimento das mães e da criança. Assim, Centros de Puericultura e, dentro deles, as creches, passam a ser anunciadas como redentoras dos males que impedem o triunfo da modernidade.

### **CENTRO DE PUERICULTURA BEATRIZ RAMOS: “BERÇO” DA CRECHE EM SANTA CATARINA**

Na luta em favor da criança, o centro de puericultura representa elemento da maior valia, quer pela saúde que defende, quer pela instrução que realiza. Basta lembrar que, entre as inúmeras providências adotadas para completo êxito de seu trabalho, constitui preocupação dominante a propaganda e ensino dos preceitos de higiene que interessam às primeiras idades (FIGUEIREDO, 1938, p. 57).

Figura 4 – Interventor Nereu Ramos no lançamento da pedra fundamental do Centro de Puericultura Beatriz Ramos (Florianópolis)



Fonte: Relatório LBA, (1943). Reprodução das autoras, 2021.

A infância como problema social, objeto de intervenção médico-higiênica, estava no cerne das iniciativas de creche. Fazia parte do amplo projeto médico-filantrópico-assistencial implantado no estado pelo interventor Nereu Ramos, abalizado na concepção de educação regeneradora, normalizadora e disciplinadora dos hábitos e costumes da população oriunda das classes menos favorecidas.

O Centro de Puericultura Beatriz Ramos<sup>12</sup>, objeto deste artigo, foi uma iniciativa da LBA, de caráter médico-filantrópico-assistencial, com vistas a consolidar na capital do estado de Santa Catarina medidas de proteção à infância e à maternidade.

Foi projetado para desempenhar funções de cuidado, simultaneamente da gestante (higiene pré-natal) e da criança (higiene infantil). A gestante, confiada ao médico obstetra, e a criança, ao pediatra, que a acompanhava desde o nascimento até a idade pré-escolar. Outra atribuição do Centro referia-se à função de articulação, divulgação, vulgarização da Puericultura, por intermédio dos médicos, enfermeiras visitantes e ainda pela distribuição de impressos e folhetos às famílias com conteúdo educativo sobre a higiene.

A Puericultura, definida como ciência que se ocupa do cuidado higiênico e fisiológico da criança de 0 a 3 anos, vincula-se indiretamente às mães, como aquelas que deverão gerar filhos saudáveis, assim como deverão aprender a mantê-los saudáveis. Segundo Ferreira (2000, p. 88), diferente da Pediatria, “a Puericultura, ampliando o seu âmbito aos cuidados das crianças de uma fase pré-natal aos três anos, adquirirá um caráter mais descentrado da criança, porque procurará intervir com eficiência nas diferentes relações bio-sócio-culturais em seu entorno”. A autora acrescenta que a “Puericultura será, pelas suas atribuições, a ciência médica eleita por melhor se adequar a perseguir tais propósitos junto às populações e, em particular, às mães” (FERREIRA, 2000, p. 88).

Os atributos intrínsecos do Centro de Puericultura foram apregoados por Moncorvo Filho (s/d, p. 4) que, ao discorrer sobre o valor da higiene e da puericultura, chamava atenção para a importância de

[...] intensificar a assistência às mães e seus filhos, educar a população brasileira, fiscalizar e aconselhar as famílias pobres por intermédio de beneméritas e competentes visitantes, por em prática tudo quanto de útil tem sido pela Medicina, pela Higiene e pela Puericultura adquiridos em prol do robustecimento da raça e do combate à nati-mortalidade e à letalidade infantil, cuidar desveladamente da alimentação dos lactentes devem constituir as bases das melhores medidas em bem do povo.

Constituído como símbolo da assistência científica, o Centro de Puericultura Beatriz Ramos exibia uma arquitetura modelar (Figura 5). A estrutura para atender aos requisitos médicos obedeceu às determinações do DNCr e a planta do prédio, por ser edifício mais amplo, foi elaborada de acordo com a orientação dos técnicos do Departamento de Saúde e pela diretoria de Obras Públicas do Estado. “De construção

---

<sup>12</sup> O nome, Centro de Puericultura Beatriz Ramos, deve-se à homenagem feita pelo Conselho Consultivo da LBA à presidente da mesma associação, Beatriz Pederneiras Ramos, pelo empenho na criação da instituição.

sólida, da mais rigorosa estética, o edifício é, através da sobriedade de suas linhas e a beleza do seu interior, de fino acabamento, modelar no gênero dentre os que não construindo no Brasil, segundo testemunho sincero de autoridades no assunto” (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 107).

Figura 5 - Vista de um dos lados do edifício do Centro de Puericultura Beatriz Ramos (Florianópolis)



Fonte: Relatório LBA, (1945). Reprodução das autoras, 2021.

Construído na área central da capital, na avenida Mauro Ramos, foi inaugurado no dia 3 de setembro de 1945. O jornal *A Gazeta*, em 2 de setembro de 1945, véspera da inauguração do Centro de Puericultura, publicou um extenso artigo com o título “Vitória da Legião Brasileira de Assistência,” exaltando o trabalho da LBA, em particular de Beatriz Pederneira Ramos:

A Legião Brasileira de Assistência, presidida, em Santa Catarina, pela Senhora Beatriz Ramos, compreendeu a significação do esforço esplêndido e, por isso mesmo, dotou a nossa capital com um dos mais completos postos de puericultura do Brasil - na opinião valiosa do Dr. Miguel de Sales Cavalcante. [...] O Posto de Puericultura Beatriz Ramos que amanhã será inaugurado, documentará, no porvir, o silencioso e magnífico trabalho da L.B.A. e a sua inestimável cooperação na suave revolução getulista (VITÓRIA..., 1945, p. 1).

No mesmo artigo são descritas as instalações para o atendimento das mães e crianças, com destaque para a relevância da creche: “O posto manterá uma creche moderna, e merecedora da mais ampla confiança, onde as pequeninas flores dos lares proletários serão ricas durante o dia, aos cuidados de um corpo generoso de enfermeiras - embaixatrizes da ciência a serviço da brasilidade” (VITÓRIA..., 1945, p. 1). É importante ressaltar o teor educacional evidenciado nesta iniciativa de caráter assistencialista, já anunciado por Kuhlmann (1998, p. 190): “Há quem diga que a presença da medicina na creche seria outro fator a evidenciar o seu caráter não educacional, mas é necessário compreender que o núcleo da educação dos pequenos

era pensado justamente como uma educação higiênica”. Ou seja, uma educação para conformação da condição de subalternidade, para aceitação do favor e da benevolência.

Nesta perspectiva, a creche instalada no Centro de Puericultura foi pensada como espaço que poderia compensar as carências provenientes das condições precárias de existência das famílias. Condições essas que produziam a mortalidade infantil, as doenças causadas pela má alimentação e moradias insalubres. Na creche, as crianças poderiam ter uma experiência normal de vida, pois “[...] as pequeninas flores dos lares proletários serão ricas durante o dia” (VITÓRIA..., 1945, p 1). Inscreve-se, assim, como instituição de utilidade social, política e econômica, que consiste no abrandamento da pobreza como sendo da ordem do natural e imutável, de uma sociedade dividida em classes sociais distintas.

A cerimônia de inauguração do Centro de Puericultura contou com a presença do “Sr. Interventor Federal, Exmo Nereu Ramos, a exma sra. D. Beatriz Pederneiras Ramos, presidente da Legião, S. Excia. Revma. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano, Dr. Alvaro Millen, presidente e todos os membros do Conselho Administrativo do Estado”, além de outras autoridades como o “Des. Medeiros Filho, presidente e demais membros da Corte de Apelação, secretários de Estado, Prefeito Lopes Vieira, Comandos e oficialidades da Marinha, Exército, Aeronáutica e Fôrça Policial”, como ainda “autoridades civis e representantes da imprensa e grande massa de povo” (VITÓRIA..., 1945, p. 1).

O discurso proferido na inauguração por Miguel Sales Cavalcante, clínico e pediatra, médico do Departamento de Saúde Pública e especializado em puericultura, diretor do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, foi reproduzido na íntegra pelo jornal *A Gazeta*. O médico Miguel Sales Cavalcante aludiu à data de inauguração como uma homenagem ao Interventor Federal Nereu Ramos pelo apoio à causa da criança catarinense, descrevendo as obras realizadas no campo da saúde e educação. As realizações no campo da educação e saúde materno-infantil revelam o escopo do interventor na materialização do projeto assistencialista:

[...] instituindo o ensino obrigatório consubstanciado na carteira de quitação escolar, criando 46 Grupos Escolares com 309 classes, 804 Escolas Isoladas, construindo o Abrigo de Menores, criando o Departamento de Saúde Pública do Estado, com 6 Centros de Saúde, 2 Postos de Saúde, 3 Postos de Puericultura, com um total de 9 Cozinhas Dietéticas, 11 serviços de Higiene Infantil, 11 Serviços de Higiene Pré-Escolar, 9 serviços de Higiene Escolar, 11 serviços de Higiene Pré-Natal e 15 serviços de Odontologia em Grupos Escolares e em Centros de Puericultura, assim como o Pôsto de Itajaí em véspera de inauguração, e os de Palhoça e Caçador em construção, demonstra uma cooperação das mais eficientes que vem prestando a Comissão Estadual da legião Brasileira de Assistência de

Destaca-se que as obras, em particular aquelas vinculadas à assistência materno-infantil, com o dispositivo de regulação e controle social, tiveram participação efetiva dos investimentos da LBA e de outros segmentos da elite econômica, coesos às políticas assistencialistas do Estado. O caráter médico-filantrópico-assistencial estabelecido nas instituições de proteção à infância e à maternidade, fundamentado na racionalidade científica da higiene e da puericultura, foi estruturado e enaltecido com eficiência no estado de Santa Catarina no período da interventoria de Nereu Ramos em que convergiam interesses nacionais de ordem política, econômica e social.

Na continuidade do discurso, Miguel Sales Cavalcante reforçou a importância da integração dos diversos segmentos sociais na cruzada contra a mortalidade infantil e socorro aos necessitados, exaltando o duplo caráter – filantrópico e patriota – da obra da LBA. Chamou atenção para a localização privilegiada, no que tange aos objetos sanitários do Centro de Puericultura Beatriz Ramos: “A localização desta Unidade Sanitária não poderia ser melhor escolhida. Olhai estes morros que a emolduram. Estão pontilhados de casas simples de proletários. É principalmente aos filhos destes que o Centro de Puericultura se destina”<sup>13</sup> (SOLENE, 1945, p. 2). Usando aqui as palavras de Cambi (1999, p. 379), “para tutelar a existência e especificidade” das crianças das classes proletárias, por meio dos modernos métodos da higiene e puericultura.

A creche, instalada no mesmo prédio, foi definida por Miguel Sales Cavalcante como espaço de guarda: “Destina a guardar carinhosamente o filho, enquanto a mãe trabalha fora de casa”. No seu discurso, exaltou a organização dos espaços da creche: “A triagem, a inteira independência entre o infante e o pré-escolar, banheiros próprios, o estagiário<sup>14</sup> que em poucos momentos se transforma de sala de refeições e de recreio em sala de repouso com catres higiênicos” (SOLENE..., 1945, p. 3). Chamou atenção para organização dos espaços internos próprios para o berçário e espaços externos reservados às brincadeiras “com varanda coberta, larga e espaçosa, abrindo-se para o gramado, caixa de areia e pequeno ‘play-ground’, o berçário dividido em três boxes com capacidade de oito leitos cada um e que recebe iluminação e aeração naturais”, no

---

<sup>13</sup> O estudo realizado por André Luiz Santos, *Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis (2009)*, trata da ocupação dos morros pelos habitantes pobres aliados do projeto de modernização e urbanização da cidade. Problematiza o processo de segregação nas primeiras décadas do século XX, que impôs a expulsão dos pobres para fora do perímetro urbano, formando uma cidade paralela nas vertentes dos morros.

<sup>14</sup> Estagiário era o espaço reservado ao grupo de crianças caracterizado como em idade pré-escolar, contudo, referindo-se a crianças maiores de 1 ano de idade.

espaço reservado aos pré-escolares foi “as decorações artísticas, feitas pelo pincel hábil de Martinho de Haro<sup>15</sup>, que serão o encantamento das crianças que ali se abrigarem (SOLENE..., 1945, p. 3).

Miguel Sales Cavalcante também fez alusão ao primeiro parque infantil catarinense<sup>16</sup> que estava sendo construído nas imediações do Centro de Puericultura.

O Centro foi constituído como instituição completa de proteção à infância e à maternidade, nos moldes das orientações do DNCr. A amamentação era considerada da maior importância para salvaguardar a saúde do recém-nascido, para mantê-lo são. Neste sentido, os cuidados proporcionados à mãe nutriz eram indispensáveis desde a gestação, com alimentação controlada e inspecionada pelo médico. Gastão de Figueiredo, no livro *Como prospera o bebê*<sup>17</sup>, de 1938, indicava que “A instrução das gestantes, mediante argumentos claros e lógicos, procurará difundir-lhes os meios eficazes de combater a morbidade e mortalidade infantis” (FIGUEIREDO, 1938, p. 17). A educação médico-higiênica, no que se referia à relevância da amamentação natural, era rigorosamente realizada no Centro de Puericultura.

As mães lactantes, que possuíam filhos na creche, poderiam amamentá-los no intervalo do trabalho, como também fazer suas refeições na cantina maternal “onde cada gestante ou lactante terá diariamente uma alimentação sadia e dosada pelo médico pré-natalista, a Cozinha Dietética que fornecerá a alimentação láctea já manipulada para a criança matriculada no serviço de Higiene Infantil” (JORNAL A GAZETA, 3 set. 1945, p. 1). Importante destacar que a vida cotidiana das mulheres trabalhadoras residentes nas áreas dos morros da capital era mantida sob vigilância pelas enfermeiras visitadoras:

---

<sup>15</sup> Martinho de Haro, artista reconhecido por suas contribuições à arte e à cultura catarinenses. É uma referência como pintor, muralista e desenhista, destacando-se como um dos mais importantes artistas plásticos de Santa Catarina. O Mural do Centro de Puericultura foi uma encomenda feita pela LBA no ano de 1945, representando a Arca de Noé, o Negrinho do Pastoreio e folguedos infantis.

<sup>16</sup> O Decreto-Lei nº 1.182, do interventor Nereu Ramos foi publicado na edição de 22 de novembro do jornal *A Gazeta*, (1944, p. 6): “Usando atribuição que lhe confere o n. V do art. 6º do Decreto-Lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939: Art. 2º - São declarados de utilidade pública e fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir por compra ou mediante desapropriação, nos termos do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, oito terrenos e uma casa nesta cidade à Avenida Mauro Ramos, rua Major Costa e rua Lages, necessários à construção do Parque Infantil”. Até o momento, não foram localizadas outras fontes que permitissem um estudo sobre a estrutura e funcionamento deste Parque Infantil.

<sup>17</sup>O livro “Como prospera o bebê” de autoria do Dr. Gastão de Figueiredo, médico pediatra, mestre em puericultura e higiene infantil, membro do Serviço de Puericultura do Distrito Federal, colaborador da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, preconiza um conjunto de medidas sobre os cuidados com o bebê direcionado às mães gestantes e lactantes, dentre elas: amamentação natural, higiene da boca, cuidado com o bico do seio, banho do recém-nascido, vestuário, fraldas, chupeta, vacinação, alimentação do recém-nascido e do lactante, domicílio higiênico, por último trata do Centro de puericultura e do esforço social em defesa da infância.

O serviço de enfermeira visitadora foi, no decurso de 1947, executado por quatro funcionárias diplomadas, que, com dedicação e esforço perfizeram um total de 6.299 visitas a domicílio, drenando para o "Centro de Puericultura" os casos aconselháveis, e, ministrando nas residências visitadas uteis ensinamentos sobre a maternidade e Infância. Fizeram assim, em média, 22 visitas diárias, o que é animador, considerando-se que as zonas percorridas eram declives e altos de morros quase inabordáveis (RELATÓRIO LBA, 1948, p. 14-15).

O Centro de Puericultura era disposto em várias instâncias, como descrito no Relatório da LBA de 1945, ano de exercício 1944:

Sala do "Museu de puericultura", logo à entrada principal, onde estarão expostos permanentemente trabalhos sobre puericultura; uma "Sala de Espera", envidraçada, abrangendo toda a extensão ocupada pelas salas dos ambulatórios de "odontologia" de "Higiene Pré-Natal", de "Higiene da Criança" e de "Fisioterapia"; sala da "Secretaria" e sala da "Biblioteca", cujas estantes conterão apenas trabalhos e obras que se relacionam com a ciência da puericultura; sala da "Cantina Maternal", onde senhoras lactentes, inscritas no centro, poderão tomar diariamente suas refeições. Existe a seguir o "Vestuário" e logo o "Lactário", este dividido em duas secções, com os seus "Guichets", destinados um à "Entrega de Mamadeiras" e outro à "Recebimento de mamadeiras"; próximas uma da outra, a "Cozinha Geral" e a "Cozinha Dietética", e a seguir as salas das "Passadeiras e Engomadeiras", da "Lavanderia", da "Rouparia" e, em secção contígua, estão localizados os compartimentos da "Despensa", do "Almoxarifado", das geladeiras e "frigidaires", e dos depósitos de lenha, compreendendo todas as peças enumeradas apenas uma ala do edifício, em cujos exteriores se localizam sete grandes depósitos d'água. Em outra ala, contígua às salas dos ambulatórios, encontra-se a sala de "Triagem", onde são feitos os exames preliminares da criança, ao ter ingresso na "creche", a das "Visitadoras-atendentes"; a de "Amamentação". Junto a sala de "Triagem" estão os compartimentos dos banheiros, das instalações sanitárias e do vestiário infantis. Antes de ingressar na creche cada criança terá que submeter a um banho diário, em cuja ocasião trocará a sua roupa (RELATÓRIO LBA 1945, p. 110).

Figura 6 - Cantina Maternal do Centro de Puericultura Beatriz Ramos

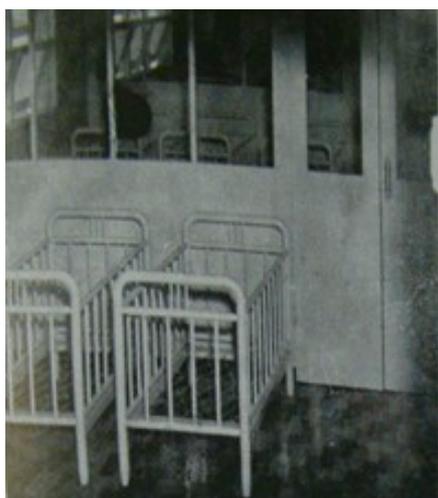


Fonte: Relatório LBA (1945). Reprodução das autoras, 2021.

A creche foi projetada para atender aproximadamente 60 crianças, filhas de mães trabalhadoras, e se dividia em duas seções distintas: "berçário e estagiário". O berçário atendia 24 crianças de 0 a 1 ano e estava dividido por vidraças em três espaços, comportando oito berços cada um. Nos fundos do edifício existia um solário revestido

com areia para atender esta faixa etária. O estagiário comportava 36 crianças em idade pré-escolar, era composto por igual número de mesinhas e camas pequenas e desmontáveis, sendo que as camas somente eram utilizadas na hora da sesta, um momento facultativo. As paredes do espaço para crianças em idade pré-escolar possuíam painéis pintados por Martinho de Haro e decoração com desenhos extraídos dos livros de literatura infantil. Nas salas, existia uma quantidade variada de brinquedos e jogos apropriados às crianças (RELATÓRIO LBA, 1945).

Figura 7 - Sala do berçário



Fonte: Relatório LBA (1945).  
Reprodução das autoras, 2021.

Figura 8 - Sala do estagiário



Fonte: Relatório LBA (1945). Reprodução  
das autoras, 2021.

Observa-se a dicotomia na concepção da educação das crianças menores de 7 anos: as crianças de 0 a 1 ano eram objeto de uma educação higiênica sistemática sob a égide da puericultura que visava, sobretudo, ao desenvolvimento biofisiológico, com espaços organizados para tal – berçário, lactário e solário –, atendidas por profissionais da enfermagem. No atendimento às crianças “pré-escolares”, acima de 1 ano, embora a preocupação primeira fosse também de continuidade da educação higiênica vinculada aos preceitos da puericultura como ação preventiva na perspectiva da conservação da infância, havia a inserção de jogos e brincadeiras, literatura, espaço externo de parque para recreação, organização e disposição dos móveis para atividades em pequenos grupos, além da estética do espaço, com as pinturas em óleo de Martinho de Haro.

Isto evidencia que, no contexto da creche do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, havia elementos que ultrapassavam a relação estritamente médica, quando nele eram inseridos, além dos aspectos da educação higiênica, elementos de caráter lúdico, que remetem à cultura pedagógica. Todavia, Gondra (2010, p. 204) elucida que:

No caso do campo pedagógico, o que se evidencia é sua colonização pelo saber médico-higiênico e por suas derivações mais recentes, que, cada vez mais especializadas, segmentam não apenas as idades da vida, mas cada uma das manifestações dos sujeitos, invadindo o saber pedagógico de um vocabulário e de uma dependência que enfraquecem, despotencializam cada vez mais a ação dos professores e das famílias, sobretudo as mais pobres e as mais afastadas do capital cultural que procura englobá-las, dominá-las, enfim, normalizá-las.

Neste sentido, as ações educativo-higiênicas realizadas diretamente com as crianças na creche eram desenvolvidas por enfermeiras, sob a orientação do médico pediatra e por voluntárias legionárias inscritas no Departamento de Saúde Pública. No anúncio intitulado “Legião Brasileira de Assistência”, publicado na primeira página da edição do dia 11 de novembro de 1945 do jornal *A Gazeta*, o Presidente da Comissão Estadual da LBA convida legionárias para comparecerem ao Departamento de Saúde Pública para obterem a carteira de saúde, requisito para prestar serviços no Centro de Puericultura.

A atuação da enfermeira de saúde pública nos serviços de higiene infantil e creche era avaliada pelos atributos no campo da puericultura e dietética, reconhecida como “mensageira do bem, instruída, disciplinada e disciplinadora” (FIGUEIREDO, 1938, p. 69). Sobre os/as profissionais da creche, Figueiredo (1946, p. 14) recomenda que a equipe deve ser composta por um médico puericultor, uma encarregada e duas atendentes ou amas secas. Adverte sobre os atributos necessários a encarregada da creche: deve ser pessoa familiarizada com a puericultura e a higiene infantil, sendo que o “conhecimento dos preceitos elementares da puericultura e da higiene infantil será obrigatoriamente indispensável ao exercício do cargo de encarregada da creche, a fim de assegurar a fiel execução das ordens do médico puericultor em proveito das crianças” (FIGUEIREDO, 1946, p. 15). Segundo o autor: “As qualidades indispensáveis, exigidas à encarregada e às atendentes para o ‘cuidado físico e mental das crianças’ é a de que cada uma seja ‘afável, bondosa, tolerante, paciente e carinhosa’” (FIGUEIREDO, 1946, p. 15).

Assim, a profissional desejada para atuar com a criança ocupava o lugar de coadjuvante do médico na tarefa cívica e patriota do plano nacional de conservação e redenção da criança pobre. Por meio dos métodos de higiene e puericultura, a creche, destinada aos filhos e filhas das mães trabalhadoras, estabelecia uma vigilância direta e sistemática no contexto familiar, intervindo na correção de hábitos e costumes considerados nocivos à criação dos/as filhos/as e à ordem familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa aliança entre sociedade civil e Estado, mulheres da elite florianopolitana vinculadas à LBA e a outras associações beneméritas, além de médicos, juristas, jornalistas, comerciantes e religiosos, constituíram as forças políticas e econômicas necessárias ao investimento do interventor Nereu Ramos nas políticas assistencialista direcionadas à proteção, à maternidade e à infância no estado.

Essas políticas definidas pelo Estado via Departamento Nacional da Criança (DNCr), em Santa Catarina, tiveram início com a criação do Centro de Puericultura Beatriz Ramos e da creche a ele vinculada. Trata-se de um contexto em que o Estado passa a assumir gradativamente a formação das crianças pobres que serão, num futuro próximo, a mão de obra nas indústrias e serviços desencadeados pelo desenvolvimento capitalista. Ou seja, o Estado exercendo o papel para o qual fora criado nesse modelo capitalista de produção, qual seja, definidor de políticas públicas que deem sustentação ao sistema existente.

Nesse contexto, o DNCr, como responsável pela organização e direcionamento das políticas sociais voltadas à educação e saúde das mães e crianças, definia-as a partir de princípios morais e higiênicos condizentes com os interesses dominantes que incluía atender as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras produzidas pelas contradições e desigualdades sociais.

Assim, a creche do Centro de Puericultura Beatriz Ramos foi perspectivada numa concepção médico-assistencial-filantrópica com teor educativo para garantir condição de tutela, em detrimento da condição de direito, da subalternidade, em detrimento da emancipação. “Salvar a criança”, ou melhor, “conservar corpos”, esse era o alvo, objeto de intervenção dos médicos puericultores, higienistas e filantropos. Neste sentido, a educação das crianças não foi pensada por educadores, como também não foi pensada como direito, mas sim como benefício, benevolência, estrutura de regulação e controle dos corpos e da razão.

O Centro de Puericultura Beatriz Ramos representou, se comparado à assistência à infância em governos anteriores, o aperfeiçoamento da regulamentação da proteção à infância e à maternidade procedentes da classe trabalhadora, em particular daqueles que viviam às margens do centro urbano da capital. Deste modo, foi construído em área estratégica para atender às mães e às crianças de pouca idade, moradoras dos morros da capital, que representavam a população mais pobre do corpo social.

Como espaço de educação higiênica e sanitária dessa população, o centro evidenciou e aprofundou o processo de clivagem social, no que diz respeito às condições concretas de existência de uma elite que, investida de poder social, político e econômico, assumiu o protagonismo no governo das crianças pobres. Ao conferir à infância um papel prospectivo na formação de uma sociedade moderna e industrial, investiu-se na sua redenção e conservação, promovendo uma educação assistencialista frente aos efeitos da pobreza e “ignorância” das mães na criação dos/das filhos/as, na visão da elite.

Neste contexto, a creche constituiu-se como instância reconhecidamente custodial, parte de uma política destinada à infância no Estado Novo, configurando-se como um espaço de tutela e proteção às mulheres e às crianças por serem consideradas mais vulneráveis aos efeitos da pauperização.

## REFERÊNCIAS

A CAMPANHA nacional da redenção da criança. **A Notícia**, Joinville, Anno XXII, n. 3699, p. 3, 19 fev. 1944.

A CRIANÇA JOINVILLENSE teve carinhosa exaltação na festa de domingo na Harmonia Lira. **A Notícia**, Joinville, Anno XXII, n. 3598, p. 4, 19 out. 1943.

ATIVIDADES do Departamento de Saúde Pública. **A Gazeta**, Florianópolis, ano XI, n. [?], p. 11, 1 maio 1944.

BATISTA, Rosa. **A emergência da docência na educação infantil no estado de Santa Catarina: 1908-1949**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

CIVILETTI, Maria Vitória Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 31-40, São Paulo, fev. 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FERREIRA, Maria Manuela. **Salvar corpos, forjar a razão**: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940. Porto: Instituto de Inovação Nacional, 2000.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Como prospera o bebê**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1938. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=6>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Gastão de. Creche. **Imprensa Oficial**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=6>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FLAMMARION, Costa. Objetivos e realizações do Departamento Nacional da Criança. **Revista Serviço Social**, 34, Ano IV, São Paulo, setembro de 1944. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=6>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GONDRA, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 99-117, São Paulo, jan./jun. 2000.

GONDRA, José Gonçalves. Higienização da Infância no Brasil. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p. 107-130.

GONDRA, José Gonçalves. "Modificar com brandura e prevenir com cautela". Racionalidade médica e higienização da infância. In: **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez editora, 2002, p. 289-318.

GONDRA, José Gonçalves. A Emergência da Infância. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 195-214, Belo Horizonte, abr. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko. Mochida. Os jardins de Infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 57-60, São Paulo, fev. 1988.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p. 5-18, São Paulo, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

LEGIÃO Brasileira de Assistência. **A Gazeta**, Florianópolis, Ano XII, n. 2854, p. 1, 11 nov. 1945.

MARTINHO DE HARO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultura, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9945/martinho-de-haro>. Acesso em: 8 set. 2021. Verbetes da enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MONCORVO FILHO, Arthur. **Algumas considerações sobre o problema da infância**. Comunicação Apresentada no II Congresso Internacional Feminino. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil (Publicação n. 79), s.d. Disponível em: [http://www2.dbd.pucio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo7/14\\_Algumas\\_consideracoes\\_sobre\\_o\\_problema\\_da\\_infancia.pdf](http://www2.dbd.pucio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo7/14_Algumas_consideracoes_sobre_o_problema_da_infancia.pdf). Acesso em: 10 nov. 2018.

PARQUE Infantil. **A Gazeta**, Florianópolis, p. 6, 22 nov. de 1944.

PENNA, Belizário. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**, p. 3-4, Rio de Janeiro, outubro de 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados/14-sample-dataarticles/84-boletim-de-eugenia>. Acesso em: 10 jun. 2021.

POSTOS de puericultura. **A Notícia**, Joinville, Ano XVIII, n. 3423, p. 5, 28 fev. 1940.

RELATÓRIO LBA 1943. Apresentado à Exma. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas, DD. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência, no Rio de Janeiro, pela Senhora D. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da L.B.A. em Santa Catarina. Florianópolis: **Imprensa Oficial**, 1943.

RELATÓRIO LBA 1945. Apresentado à Exma. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas, DD. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Brasil, pela Sra. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da LBA em Santa Catarina. Florianópolis: **Imprensa Oficial**, junho de 1945.

RELATÓRIO LBA 1948. Apresentado ao Dr. Otávio da Rocha Miranda, Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Brasil, pelo Presidente da Comissão Estadual da LBA de Santa Catarina. Florianópolis: **Imprensa Oficial**, 1948.

SÁ, Patricia. Regina Silveira. **Representações sobre formação de professoras para jardins de infância em Santa Catarina (1920-1960): estado, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÈSZAROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SIGNIFICAÇÃO dos centros de puericultura. **A Notícia**, Joinville, Anno XVIII, n. 2899, p. 9, 2 jun. 1938.

SOLENE e tocante cerimônia de inauguração do Posto de Puericultura "Beatriz Ramos". **A Gazeta**, Florianópolis, Ano XII, n. 2817, p. 1-2, 5 set. 1945.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

VARGAS, Getúlio. **O bem-estar e a saúde das mães e das crianças**. Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em comemoração do Natal, a 24 de dezembro de 1939. [S. l.]: Presidência da República, [20-?a]. p. 155-160. Disponível em: <https://bit.ly/2JFSysr>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VIEIRA, Livia M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, n. 67, p. 3-16, São Paulo, nov. 1988.

VITÓRIA da Legião Brasileira de Assistência. **A Gazeta**, Florianópolis, Ano XII, n. 2814, p. 1, 2 set. 1945.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

### **CENTRO DE PUERICULTURA BEATRIZ RAMOS: BERÇO DA CRECHE EM SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1940**

Beatriz Ramos child care center: cradle center in Santa Catarina in the 1940's

#### **Leonete Luiza Schmidt**

Doutora em Educação

Professora aposentada do PPGE da Universidade do Sul de Santa Catarina

Lider do Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Educação Catarinense – GEPHEC/PPGE-Unisul  
Tubarão, Brasil

[leonetes@gmail.com](mailto:leonetes@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-3239-2980>

#### **Rosa Batista**

Doutora em Educação

Professora aposentada

Universidade do Sul de Santa Catarina

Fórum Catarinense de Educação Infantil – FECEI

Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância – NUPEIN/UFSC

Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Educação Catarinense – GEPHEC/PPGE-Unisul  
Tubarão, Brasil

[rosatigipa@gmail.com](mailto:rosatigipa@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-4399-6621>

### **ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR**

Rua das Tainhotas, nº73, apto. 101, Jurerê, Florianópolis, Santa Catarina, CEP- 88034655

### **AGRADECIMENTOS**

Não se aplica.

### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** L. L. Schmidt; R. Batista.

**Coleta de dados:** L. L. Schmidt; R. Batista.

**Análise de dados:** L. L. Schmidt; R. Batista.

**Discussão dos resultados:** L. L. Schmidt; R. Batista.

**Revisão e aprovação:** L. L. Schmidt; R. Batista.

## **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## **FINANCIAMENTO**

Programa de Pós doutorado – PNPd/MEC/CAPES

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 13-12-2021 – Aprovado em: 21-01-2022